

**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO
NORTE**

A IMPORTÂNCIA DA CEASA NO ABASTECIMENTO ALIMENTAR DO RIO GRANDE DO NORTE CEASA/RN

Fabiane Domingos Costa

**A IMPORTÂNCIA DA CEASA NO ABASTECIMENTO ALIMENTAR
DO RIO GRANDE DO NORTE CEASA/RN**

Atuando Alberto Dantas, MSc

**NATAL/RN
2005**

FABIANE DOMINGOS COSTA

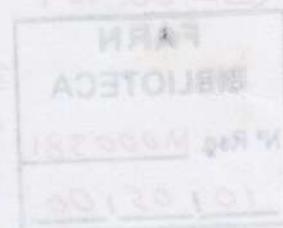
A IMPORTÂNCIA DA CEASA NO ABASTECIMENTO ALIMENTAR DO RIO GRANDE DO NORTE CEASA/RN

Monografia apresentada à coordenação do
Curso de Administração com Habilitação em
Marketing da Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte
como requisito obrigatório para a obtenção do
título de Bacharel em Administração com
Habilitação em Marketing

Orientador:

Aluísio Alberto Dantas, MSc

NATAL/RN
2005



Costa, Fabiane Domingos

A importância da CEASA no abastecimento alimentar do Rio Grande do Norte
CEASA-RN / Fabiane Domingos Costa. – Natal: FARN, 2005.
49 f.

Orientador: Aluísio Alberto Dantas (M.Sc.)

Monografia (Graduação Administração com Habilitação em Marketing) –
Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

1. Comercialização de Alimentos – Rio Grande do Norte – Monografia.
2. Abastecimento Alimentício – Monografia. 3. Desempenho Comercial –
CEASA/RN – Monografia. I. Título.

RN/FARN/BC

CDU 338.439.52

RB-26.409

FARN
BIBLIOTECA
Nº Reg. M000381
10/05/06

M

338.439.52

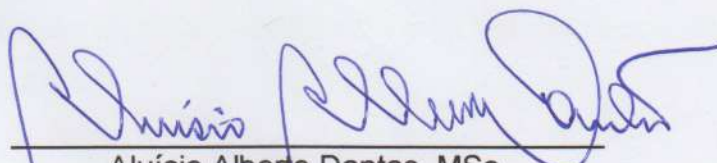
C872i

2005

FABIANE DOMINGOS COSTA

**A IMPORTÂNCIA DA CEASA NO ABASTECIMENTO ALIMENTAR
DO RIO GRANDE DO NORTE CEASA/RN**

Monografia apresentada ao Curso de Administração com Habilitação em Marketing da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte aprovada em _____ de _____ de _____ pela banca examinadora composta pelos seguintes membros.



Aluísio Alberto Dantas, MSc.
Orientador

Alcir Veras, MSc.
Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, criador de todo universo, autor da minha vida que mesmo não pedindo-me deu a oportunidade de iniciar este curso e forças para concluí-lo. Tenho certeza que sem ele eu não estaria agora escrevendo estas palavras de agradecimentos. Dele por ele, para ele são todas as coisas, inclusive a minha vida.

Aminem Allah.

Meu maior incentivador, que sempre acreditou que eu teria capacidade de concluir esta etapa da minha vida. O meu maior obrigado porque sem ele eu não teria realizado este sonho, que também é seu.

Aminem Allah.

A minha avó Nona, que esteve presente em todas as dificuldades da minha formação. Ela não está mais entre nós. É muito triste para eu modificar os meus pensamentos devido a esta triste acontecimento. Mas sei que ela está muito feliz por tudo o que eu fiz e que Deus está cuidando dela. Fico triste porque a última coisa que ela fez foi me dar o meu diploma de formatura.

Aminem Allah.

Porque a base de toda a minha vida é ter-me preparado para enfrentar as dificuldades e não me desanimar.

Aminem Allah.

Agradeço ao professor Aluisio Albano Dantas que me transmitiu conhecimento, sempre me dando apoio e motivação, para que este trabalho fosse concluído. E por toda a paciência e compreensão desta monografia.

Aminem Allah.

Agradeço à Direção da Central de Abastecimento do Rio Grande do Norte - CENASUR, por terem me dado apoio e incentivo, em especial aos srs. Adilson Maciel, João Carlos de Carvalho Bastos e a Moisés Castano que me forneceram

Dedico a Deus, pelas oportunidades, por ser a luz que ilumina o meu caminho a e minha mãe como resultado do meu esforço.

AGRADECIMENTOS

A Deus,

Em primeiro lugar, criador de todo universo, autor da minha vida que mesmo não merecendo me deu a oportunidade de iniciar este curso e forças para concluí-lo. Tenho certeza que sem ele eu não estaria agora escrevendo estas palavras de agradecimentos. Dele por ele, para ele são todas as coisas, inclusive a minha vida.

A minha Mãe,

A maior incentivadora, que sempre acreditou que eu teria capacidade de concluir mais uma etapa da minha vida. O meu muito obrigado porque sem ela eu não teria realizado este sonho, que também é seu.

In memorian ,

A minha avó Noemia, que esteve presente nas solenidades de minha formatura, e que hoje não está mais entre nós. É muito triste para eu modificar os meus agradecimentos, devido a este triste acontecimento. Mas sei que ela está muito feliz por mais um neto ter se formado, e que Deus está cuidando dela. Fico triste porque a última vez que a vi foi no meu baile de formatura.

A minha família,

Por se a base de toda a minha vida e ter me preparado para enfrentar os desafios que a vida impõe.

Ao orientador,

Agradeço ao professor Aluísio Alberto Dantas que me transmitiu conhecimentos valiosos, sempre me dando apoio e motivação, para que este trabalho fosse realizado, e por toda a paciência que ele teve comigo ao longo de todo o processo de conclusão desta monografia.

A CEASA/RN,

Agradeço a todos da Central de Abastecimento do Rio Grande do Norte – CEASA/RN, que contribuíram direta e indiretamente, em especial aos srs. Arlindo Nascimento, João Alves de Carvalho Bastos e a Moisés Caetano que me forneceram

Amigos de sala,

A toda a turma de sala, que ao longo de quatro anos pude fazer amizades, que irei cultivá-las ao longo de toda vida. Em especial a Maria da Apresentação, Larissa Vasconcelos, Juliana Granja, Lílian Carla, Joana Jalles, Nathasha Lindsei e a Micarla Cristiane. Amigo é coisa para se guardar do lado esquerdo do peito. Desejo sucesso a todos.

Colaboradores,

A todas as pessoas que colaboraram direta e indiretamente, para que eu concluísse esta monografia, desta forma seria injusta se não cita-se algumas pessoas como Marcelo Gilberto, Sergio Pinheiro , Eduardo e a meus companheiros de trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo avaliar o desempenho econômico e social da produção de leite de cabra em uma propriedade rural localizada no município de São João do Rio Preto, no Estado de Mato Grosso do Sul. Para isso, foram coletados dados sobre a produção, os custos e os preços de venda do leite e do queijo produzido. Os dados foram analisados estatisticamente, utilizando-se o teste de Student's t para comparar os resultados da produção com os dados da literatura. Os resultados mostram que a produção de leite de cabra é viável economicamente, com uma taxa de retorno de 100%. Além disso, a produção de queijo também é viável, com uma taxa de retorno de 120%. Os dados também mostram que a produção de leite de cabra é uma atividade que pode ser realizada em pequena escala, sem a necessidade de grandes investimentos. Portanto, a produção de leite de cabra é uma atividade econômica e socialmente viável.

Os dados também mostram que a produção de leite de cabra é uma atividade que pode ser realizada em pequena escala, sem a necessidade de grandes investimentos. Portanto, a produção de leite de cabra é uma atividade econômica e socialmente viável. Além disso, a produção de queijo também é viável, com uma taxa de retorno de 120%. Os dados também mostram que a produção de leite de cabra é uma atividade que pode ser realizada em pequena escala, sem a necessidade de grandes investimentos. Portanto, a produção de leite de cabra é uma atividade econômica e socialmente viável.

" Nosso negócio na vida não é ultrapassar os outros e sim a nós mesmo... Quebrar nossos próprios recordes, superar nosso ontem através do nosso hoje "

Stewart B. Johnson

Palavras-chave: Produção de leite de cabra, Produção de queijo, Produção de leite de cabra, Produção de queijo, Produção de leite de cabra, Produção de queijo.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar o desempenho socioeconômico que a CEASA – Central de Abastecimento do Rio Grande do Norte – representa para a população de Natal e do estado. Trata-se de uma abordagem analítica sobre distribuição, oferta, suprimento e equilíbrio alimentar de grande parte do nosso contingente populacional, em níveis compatíveis com a demanda. O estudo foi realizado mediante pesquisa descritiva, e abordou todo o fluxo de mercadorias e demais componentes relacionados ao fluxo de abastecimento alimentar. Essa metodologia permitiu a análise estatística e qualitativa da entidade e de suas relações socioeconômicas em nosso estado. A CEASA distribui mensalmente, em média, 15 mil toneladas, gerando uma receita de R\$ 16 milhões dos seguintes grupos de produtos: hortaliças: folha, flor e hastes; hortaliças: frutos; hortaliças: tubérculos, raízes, bulbos e rizomas; frutas nacionais; frutas importadas; aves e ovos; outros gêneros alimentícios. Algumas características descrevem a dimensão comercial da entidade: o nível de empregos diretos é em torno de 1.000 pessoas; o fluxo mensal de veículos é, em média, de 71.000 veículos, de cargas e utilitários; aproximadamente cerca de 120 mil pessoas circulam mensalmente na referida central de abastecimento. Outro resultado de suma importância refere-se ao estudo de procedência dos produtos ali comercializados. A pesquisa constata que apenas 42,5% das mercadorias comercializadas são produzidas em nosso estado; e 57,5% são importados de outras regiões e países. O valor da produção do Rio Grande do Norte representa 34,5% do fluxo comercial da entidade.

Diante dos fatos analisados, constata-se que a CEASA é de suma importância para o suprimento da distribuição alimentar no nosso estado, visando os benefícios que a entidade vem desenvolvendo através da comercialização e distribuição de hortifrutigranjeiros e outros gêneros alimentícios, tendo como principal característica produtos de qualidade e com preços abaixo de mercado. Outro fator importante é que a entidade presta serviços de utilidade pública e de assistência social, promovendo melhorias na qualidade de vida e de apoio à população de baixa renda e entidades comunitárias. Dentre os projetos criados destaca-se a Mesa da solidariedade, que consiste no aproveitamento de hortifrutigranjeiros fora do padrão de comercialização na CEASA e em supermercados de Natal para doação a famílias de baixa renda e entidades sociais previamente cadastradas pela entidade. Outra conclusão que resulta em proposta de política econômica para o estado, está relacionada à dependência do abastecimento da entidade, mediante a produção e importação de outros estados e países. Estas estatísticas revelam a existência de demandas que viabilizam a produção de mercadorias nos diversos municípios do estado, gerando empregos, produção e renda em todos os municípios do nosso estado.

Torna-se necessária, portanto a adoção de políticas de apoio à produção agrícola, tais como financiamento e crédito aos produtores; qualificação e orientação profissional; cursos de gestão empreendedora; bem como ações de Marketing agrícolas que orientem o mercado e estimulem a produção e fortaleça a economia do estado, que resultará no crescimento econômico do RN.

Palavras – Chave: Socioeconômico. Distribuição alimentar. Produtos comercializados. Procedência dos produtos. Assistência social. Produção agrícola.

ABSTRACT

The present study has for objective to analyze the socioeconomic performance that the CEASA - Central of Supplying of the Rio Grande do Norte - represents for the population of Natal and the state. One is about an analytical boarding on distribution, offers, supplement and alimentary balance of great part of our population contingent, in compatible levels with the demand. The study it was carried through by means of descriptive research, and it all approached the flow of excessively component merchandises and related the flow of alimentary supplying. This methodology allowed to the analysis qualitative statistics and of the entity and its socioeconomics relations in our state. The CEASA monthly distributes, in average, 15 a thousand tons, generating a prescription of R\$ 16 million the following groups of products: hortaliças: leaf, flower and connecting rods; hortaliças: fruits; hortaliças: tubercles, raízes, bulbs and rhizomes; national fruits; imported fruits; birds and eggs; other foodstuffs. Some characteristics describe the commercial dimension of the entity: the level of jobs right-handers is around 1.000 people: the monthly flow of vehicles is, in average, of 71.000 vehicles, utilitarian loads and; e 120 a thousand people circulate monthly in the cited central office of supplying. Another result of utmost importance mentions the study to it of origin of the products commercialized there. The research evidences that only 42.5% of the commercialized merchandises are produced in our state; e 57.5% is imported of other e regions countries. The value of the production of the Rio Grande do Norte represents 34.5% of the commercial flow of the entity. Ahead of the analyzed facts, one evidences that the CEASA is of utmost importance for the supplement of the alimentary distribution in our state, aiming at the benefits that the entity comes developing through the commercialization and distribution of hortifrutigranjeiros and other foodstuffs, having as main characteristic products of quality and with prices below of market. Another important factor is that the quick entity services of public utility and social assistance, promoting improvements in the quality of life and support to the low income population communitarian and entities. Amongst the projects bred it is distinguished Table of the solidarity, that consists of the exploitation of hortifrutigranjeiros is of the standard of commercialization in the CEASA and supermarkets of Natal for donation the low income families and social entities previously registered in cadastre by the entity. Another conclusion that results in proposal of economic policy for the state is related to the dependence of the supplying of the entity, by means of the production and importation of other states and countries. These statisticians disclose the existence of demands that make possible the production of merchandises in the diverse cities of the state, generating jobs, production and income in all the cities of our state. One becomes necessary, therefore the adoption of politics of support to the agricultural production, such as financing and credit to the producers; qualification and professional orientation; courses of enterprising management; as well as agricultural actions of Marketing that guide the market and stimulate the production and fortify the economy of the state, that will result in the economic Rio Grande do Norte.

Key Words: Socioeconomic. Alimentary distribution. Commercialized products. Origin of the products. Social assistance. Agricultural production.

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

TABELA 1- Volume de Mercadorias Comercializadas.....	34
QUADRO 1 - Três Eixos e Dez Prioridades para a Formulação das Políticas.....	22
TABELA 2- Fluxo de Veículos com Cargas de Mercadorias.....	35
TABELA 3- Valor Gerado na Comercialização.....	36
TABELA 4- Produtos de Destaque na Comercialização.....	37
TABELA 5- Participação Percentual da Produção do Rio Grande do Norte na Oferta Total.....	38
QUADRO 5 - Demonstrativo dos Mercados Livres - ML.....	45
TABELA 6- Classificação dos Principais Estados Supridores.....	39
QUADRO 6 - Demonstrativo dos Mercados Livres dos Produtores - MLP.....	48
TABELA 7- Principais Estados Supridores de Frutas Nacionais.....	40
QUADRO 7 - Demonstrativo dos Mercados Permanentes - MP.....	48
TABELA 8- Principais Estados Supridores de Frutas Importadas.....	40
TABELA 9- Principais Estados Supridores de Hortaliças.....	41
TABELA 10- Principais Supridores de Ovos.....	41

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Três Eixos e Dez Prioridades para a Formulação das Políticas Públicas de Segurança Alimentar.....	22
QUADRO 2 – Calendário de Preços Médios por Produto / Mês.....	43
QUADRO 3 – Demonstrativo da Infra –Estrutura da CEASA.....	44
QUADRO 4 – Estrutura Organizacional.....	45
QUADRO 5 – Demonstrativo dos Mercados Livres – ML.....	45
QUADRO 6 – Demonstrativo dos Mercados Livres dos Produtores – MLP.....	46
QUADRO 7 – Demonstrativo dos Mercados Permanentes – MP.....	46

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Volume de Mercadorias Comercializadas..... 34

GRÁFICO 2 – Fluxo de Veículos com Cargas de Mercadorias..... 35

GRÁFICO 3 – Valor Gerado na Comercialização..... 36

LISTA DE SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira de Agrobusiness	14
ATIVA	Associação de Atividades de Valorização da Vida	16
	Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Norte - Sociedade	17
CEASA	Anônima	17
CNSA	Conferência Nacional de Segurança Alimentar	17
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos	19
GEMAB	Grupo Executivo de Modernização do Sistema de Abastecimento	19
MEIOS	Movimento de Integração e Orientação Social	20
ML	Mercado Livre	20
MLP	Mercados Livres dos Produtores	21
MP	Mercado Permanente	23
OIT	Organização Internacional do Trabalho	23
OMC	Organização Mundial do Comércio	25
OMS	Organização Mundial de Saúde	26
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador	28
PIB	Produto Interno Bruto	30
RN	Rio Grande do Norte	31
SINAC	Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento	31
USP	Universidade de São Paulo	32

ANEXO I - PERFIL SOCIOECONÔMICO DA CEASA / RN	33
ANEXO II - COMERCIAL DA CEASA	34
ANEXO III - PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA CEASA	38
ANEXO IV - MOVIMENTO DE PREÇOS PRATICADOS PELA CEASA	42
ANEXO V - PLANO OPERACIONAL E DE FUNCIONAMENTO DA CEASA	44
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	47
BIBLIOGRAFIA	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO.....	14
1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	16
1.3 OBJETIVOS.....	17
1.3.1 Objetivo Geral.....	17
1.3.2 Objetivo Específico.....	17
1.4 JUSTIFICATIVA.....	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1 NECESSIDADES HUMANAS.....	19
2.2 HIERARQUIA DAS NECESSIDADES.....	20
2.3 HIERARQUIA DE MASLOW.....	20
2.4 CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR.....	21
2.5 AÇÕES E INST. PARA ALCANÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR.....	23
2.5.1 Alimento como bem – salário.....	23
2.5.2 Alimento como base de segurança pública.....	23
2.5.3 Alimento como atendimento as necessidades individuais orgânicas.....	25
2.5.4 Alimento como adequação técnica e social das cadeias produtivas.....	26
2.5.5 Alimento como qualidade de vida urbana.....	28
2.6 AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	30
3 METODOLOGIA.....	31
3.1 PLANO OU DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	31
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA OU POPULAÇÃO-ALVO DO ESTUDO..	31
3.2.1 Variáveis e Indicadores.....	31
3.3 PLANO DE AMOSTRAGEM.....	32
3.4 PLANO DE COLETAS DE DADOS.....	32
4 ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DA CEASA / RN.....	33
4.1 FLUXO COMERCIAL DA CEASA.....	34
4.2 ORIGENS DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA CEASA.....	38
4.3 COMPORTAMENTO DE PREÇOS PRATICADOS PELA CEASA.....	42
4.4 ESTRUTURA OPERACIONAL E DE FUNCIONAMENTO DA CEASA.....	44
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	47
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

O estudo de conclusão do curso de Administração com Habilitação em Marketing foi motivado pela grande preocupação com a distribuição e o equilíbrio alimentar das grandes cidades. É marcante o quadro em que se encontra atualmente a cidade de Natal, Mossoró e outras de maior porte do nosso estado, considerando o contínuo crescimento da população urbana e, conseqüentemente, as necessidades de suprimento da oferta alimentar, em níveis compatíveis com o crescimento da demanda.

A contextualização do estudo está apoiada, portanto, no diagnóstico de desempenho e importância da Central de Abastecimento do Rio Grande do Norte – CEASA/RN, enquanto entidade de centralização de todo o processo de distribuição de alimentos em nosso estado.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A Central de Abastecimento do Rio Grande do Norte S/A CEASA /RN, tem sede e foro na Av: Capitão Mor Gouveia, N° 3005 Bairro Lagoa Nova, Natal / RN. Foi implantada de acordo com as normas do Grupo Executivo de Modernização do Sistema de Abastecimento (GEMAB) é parte integrante do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC). A sua gestão anteriormente competia à Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), tendo como principais acionistas o Governo Federal, através da COBAL, e o Governo do Estado do RN. Suas atividades tiveram início em 01 de Outubro de 1976, e foi inaugurada em 17/10/1976.

Em 19/05/89, treze anos depois, por força de transferência do controle acionário do Governo Federal para o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, a empresa foi estadualizada, estando atualmente vinculada à Secretaria do Estado da Agricultura, Pesca e da Pecuária. A área de suas instalações é de aproximadamente 76.783.82 m², sendo classificada em três áreas distribuídas da seguinte forma:

- ✓ Cinco áreas de mercados livres (ML), denominadas áreas do abacaxi, batata doce, brejo (pequena feira livre), melão/melancia, tomate. A mesma

é classificada como uma área livre, destinada para pequenos comerciantes, que utilizam deste espaço para a comercialização dos referidos produtos.

- ✓ Nove áreas de mercados permanentes (MP). Esta área destina-se apenas para pessoas jurídicas devidamente cadastradas junto à gerência de mercado, que comercializem hortifrutigranjeiros e outros gêneros alimentícios.
- ✓ Quatro áreas de mercados livres dos produtores (MLP), que é classificada como modulada, onde os permissionários utilizam os módulos visando a comercialização de produtos tanto no atacado como no varejo.

Os comerciantes instalados na CEASA são permissionários e estão sujeitos a normas de comercializações estabelecidas no regulamento geral de mercado. Este regulamento estabelece direitos e deveres dos permissionários, bem como determina quem de direito supervisiona seu cumprimento. Nele estão estabelecidas desde como uma pessoa física ou jurídica, e que pode estabelecer-se na CEASA, com responsabilidades quanto às instalações, taxas a pagar, horário de cargas, descargas, comercialização, disciplina de propaganda, ordem interna penalidades, etc.

Informações oficiais confirmam que além de suas atividades de comercialização, a CEASA implantou projetos sociais para beneficiar a população do Rio Grande do Norte, tais como "mesa da solidariedade", que consiste no aproveitamento de hortifrutigranjeiros fora do padrão de comercialização na CEASA e em supermercados de Natal, para doação "in-natura" a famílias de baixa renda cadastradas na CEASA e entidades sociais previamente cadastradas através do MEIOS e ATIVA. Os produtos são recolhidos, selecionados, higienizados e distribuídos. Ainda faz parte da implantação desse projeto o "CEASA nos bairros", "bolsa eletrônica", "armazém da família", "sopão da CEASA" e a "farmácia de todos". Estes projetos são parcerias do governo do estado com supermercados, empresários e permissionários.

Um dos aspectos principais do estudo realizado na CEASA prende-se ao volume de mercadorias que são comercializadas pela entidade, com destaque para os produtos de hortifrutigranjeiros, cereais e legumes. Outro elemento que caracteriza o estudo está vinculado ao fluxo de mercadorias. Estima-se que em cada mês é comercializado

um volume médio de 15.502 mil toneladas de produtos alimentícios, representando um fluxo financeiro de R\$ 16.746.126,00 ao mês. Outra característica que destaca o estudo é a origem dos produtos, onde cerca de 57,5% dos produtos comercializados são importados de outros estados e países.

1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Esse trabalho tem como premissa diagnosticar o desempenho socioeconômico da Central de Abastecimento do Rio Grande do Norte S/A, denominada CEASA / RN, que é uma sociedade anônima de economia mista. A filosofia básica da CEASA restringe-se em disciplinar a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros e outros produtos alimentícios, tendo como objetivos aproximar os dois principais agentes da cadeia de comercialização: O produtor e o consumidor, através de mecanismos econômicos, fazendo com que o primeiro produza mais e melhor; e o segundo possa suprir suas necessidades em um só local. A CEASA tem ainda como principal meta participar de planos e programas do governo para a produção e abastecimento, a nível regional e nacional, promovendo e facilitando intercâmbio de mercado com as demais unidades do sistema e entidades vinculadas ao setor, através de convênios, acordos e contratos com pessoas físicas ou jurídicas. Enfim, em instalar infra-estrutura para a compra, produção, estocagem e distribuição de alimentos a ser comercializado junto às comunidades mais carentes do estado.

A disciplina e modernização do processo de comercialização dos produtos hortigranjeiros na CEASA apresentam vantagens tais como: redução dos custos e dos preços em função da comercialização dos agentes em livre concorrência; abastecimento diário do mercado varejista como melhoria da qualidade dos produtos. Como problema desta pesquisa procura-se saber: **Quais são as condições socioeconômicas atuais da Ceasa / RN que justificam a sua importância no abastecimento alimentar do estado?**

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Elaborar o perfil socioeconômico da CEASA /RN e avaliar a sua importância no abastecimento alimentar do estado.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar o fluxo de mercadorias comercializadas;
- b) Elaborar o estudo de mercado com a identificação das origens dos produtos comercializados;
- c) Elaborar o estudo de preço dos produtos comercializados;
- d) Formular propostas de políticas agrícolas estadual orientadas para a produção e oferta de alimentos demandados pela CEASA.

1.4 JUSTIFICATIVA

O presente estudo mostra a importância da CEASA para o Rio Grande do Norte, visando o benefício que a mesma representa na distribuição alimentar da população e incentivadora da produção agrícola do estado. Sabe-se que a questão de segurança alimentar enfatiza o papel do estado no sentido de evitar a insegurança alimentar provocadas por quebras de produção, calamidades materiais, desempregos, quedas de salário. Cabe ao estado atuar através de políticas públicas que tenham por finalidade a promoção da cidadania.

A CEASA vem desenvolvendo seu trabalho através da comercialização e distribuição de hortifrutigranjeiros e outros gêneros alimentícios, para suprir a demanda alimentar da população do estado, tendo como principal característica oferecer produtos de qualidade com preços abaixo de mercado, além de gerar empregos diretos para a população.

A CEASA possui convênios, acordos com pessoas físicas e jurídicas, a fim de facilitar ou participar de atividades destinadas a aprimorar o abastecimento no Rio Grande do Norte. Para agregar valores aos serviços prestados à população, a CEASA implantou diversos projetos sociais para melhorar a qualidade de vida da população, assegurando-lhes a questão de segurança alimentar como uma necessidade de vital importância para o ser humano. Pois sem uma alimentação adequada o indivíduo é incapaz de realizar suas atividades com dignidade. Os projetos sociais implantados são parcerias do governo do estado com supermercados, empresário e permissionários, oferecendo produtos para a comunidade sem custos adicionais. A filosofia da CEASA é garantir alimentos para todas as famílias do estado, para que todos possam viver com dignidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Valente (2001), o direito à alimentação é um direito humano básico, pois sem ele não se podem discutir os outros. Uma alimentação adequada concede o direito à vida, porque sem alimentação correta não há o direito à humanidade, que deve ser entendida aqui como o direito de acesso à riqueza material, cultural, científica e espiritual produzida pela espécie humana.

Segurança alimentar e nutricional é internacionalmente conceituado como a garantia, de acesso, para todas as pessoas a alimentos básicos de qualidade e em quantidades suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Esse acesso deve ocorrer com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana.

Segundo Menezes (2001), esta definição é a mais utilizada sobre segurança alimentar e foi constituída por ocasiões da elaboração do documento brasileiro para a cúpula mundial de alimentos por representantes do governo e da sociedade Civil.

2.1 NECESSIDADES HUMANAS

Na visão de Maximiano (2000, p. 349), a primeira explicação importante sobre a motivação é representada pelas teorias das necessidades. As diferentes teorias das necessidades afirmam que o comportamento humano é motivado por estados de carência. As pessoas agem, nas mais diferentes situações para satisfazer esses estados de carência, por exemplo: a fome é uma necessidade que motiva o organismo a procurar alimento, quanto mais forte essa necessidade, maior é o empenho em realizar o objetivo de conseguir alimento. Uma vez satisfeita a necessidade, o organismo passa para um estado de saciedade ou satisfação.

Uma pessoa com seu estômago vazio não tem outra preocupação maior do que se alimentar, porém, quando come e de maneira adequada, a fome deixa de ser uma motivação importante. Quando todas as necessidades humanas estão insatisfeitas, a maior motivação será a satisfação das necessidades fisiológicas, e o comportamento

do indivíduo tem a finalidade de encontrar alívio da pressão que essas necessidades produzem sobre o organismo.

2.2 HIERARQUIA DAS NECESSIDADES

Segundo Maximiano (2000, p.349), as necessidades fisiológicas constituem o nível mais baixo de todas as necessidades humanas, mas de vital importância. Neste nível estão as necessidades de alimentação, de repouso, de abrigo, de sexo, etc.

2.3 HIERARQUIA DE MASLOW

Para Maximiano (200 p.349), noção de que as necessidades humanas estão organizadas numa espécie de ordem ou hierarquia desempenha um papel importante no estudo do comportamento humano. Uma das principais teorias que se baseiam nessa premissa foi proposta por Maslow, Abraham. Segundo este autor as necessidades humanas são divididas em cinco categorias: essa hierarquia de necessidades pode ser visualizada como uma pirâmide.(fig.1)



Figura 1 – Hierarquia das necessidades humanas

Fonte: Pisadelli (2005), disponível em: www.sociologia.org.br/tex/psc145ibes.htm. acesso jun,2005

O presente estudo dá ênfase às necessidades básicas especificamente no alimento. As pessoas procuram satisfazê-las, antes de se preocuparem com as de nível mais elevado. A teoria da hierarquia de necessidades de Maslow pressupõe os seguintes aspectos:

a) Somente quando um nível inferior de necessidades está satisfeito ou adequadamente atendido é que o nível imediatamente mais elevado surge como determinante do comportamento;

b) Nem todas as pessoas conseguem chegar ao topo da pirâmide de necessidades. Algumas pessoas devido às circunstâncias de vida chegam a se preocupar fortemente com as necessidades de auto-realização; outras estacionam nas necessidades sociais, enquanto muitas outras ficam ocupadas exclusivamente com necessidades de segurança e fisiológicas, sem conseguir satisfazê-la adequadamente.

2.4 CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR

É possível encontrar na percepção de Valente (2002) um caminho para se pensar em bem – estar social a partir da formulação de políticas de alimentação que considere o conceito de segurança alimentar e nutricional.

A segurança alimentar e nutricional trata exatamente de como a sociedade organizada, por meio de políticas públicas, de responsabilidade do estado e da sociedade como um todo pode e deve garantir o direito a alimentação a todos os cidadãos. Assim a alimentação é um direito do cidadão, e a segurança alimentar e nutricional e responsabilidade da sociedade (VALENTE, 2002, p.40).

O conceito de segurança alimentar procura repensar as desigualdades do país. Um dos objetivos da segurança alimentar seria garantir o acesso aos alimentos sem comprometer parcela substancial da renda alimentar, não obstante a disponibilidade de alimentos sem comprometer a qualidade, originados de formas produtivas não excludentes e sustentáveis. A produção de alimentos e o consumo como indicadores de segurança alimentar passam a configurar promoção a saúde da família, ampliando-se o conceito no processo de saúde-nutrição, como afirma Galeazzi (1998 p.37):

A garantia da alimentação para a família depende do acesso aos alimentos –financeiro, físico e social-entendido como condição distinta da disponibilidade do alimento. Contudo a segurança nutricional não está garantida pelo acesso aos alimentos. Os problemas de saúde relativos à má nutrição quando se analisa a inadequação por falta ou pelo excesso de nutrientes são indicadores de segurança.

Nesse processo, o conceito de segurança alimentar e nutricional resultou, após a realização da primeira Conferência de Segurança Alimentar (CNSA), em uma declaração pública e um documento programático com as condições e os requisitos para uma política nacional de segurança alimentar. Um grupo de trabalho retirou das resoluções da I CNSA:

PRIMEIRO EIXO	AMPLIAR AS CONDIÇÕES DE ACESSO À ALIMENTAÇÃO E REDUZIR SEU PESO NO ORÇAMENTO FAMILIAR
Prioridade 1	Orientar o desenvolvimento para a geração de empregos e distribuição de renda.
Prioridade 2	Aumentar a disponibilidade de alimentos.
Prioridade 3	Reduzir o custo dos alimentos e seu peso no orçamento familiar.
SEGUNDO EIXO	ASSEGURAR A QUALIDADE BIOLÓGICA, SANITÁRIA A GRUPOS POPULACIONAIS DETERMINADOS.
Prioridade 4	Combater a desnutrição e reduzir a mortalidade materno-infantil.
Prioridade 5	Proteger a saúde e o estudo nutricional do grupo materno –infantil.
Prioridade 6	Fortalecer o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).
Prioridade 7	Ampliar o Programa Escolar (PAT)
Prioridade 8	Proteger grupos específicos.
TERCEIRO EIXO	ASSEGURAR AS QUALIDADES BIOLÓGICAS, SANITÁRIAS, NUTRICIONAIS E TECNOLÓGICAS DOS ALIMENTOS E SEU APROVEITAMENTO, ESTIMULANDO PRÁTICAS ALIMENTARES.
Prioridade 9	Garantir a qualidade higiênica –sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos.
Prioridade 10	Estimular práticas alimentares e estilos de vida saudáveis.

Quadro 1: Três eixos e dez prioridades para a formulação das políticas públicas de segurança alimentar.
Fonte: FRAZI; GALEAZZI, disponível em : www.unicamp.br/nepa2004/art3.pdf. acesso jun,2005

Com base nesses eixos e prioridades o conceito de segurança alimentar foi reformulado e ampliado como o termo “nutricional”. Essas orientações fizeram parte do documento brasileiro para a Cúpula Mundial de Alimentação realizada em 1996 pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e para Alimentação). Tal conceito foi adotado internacionalmente após a contribuição brasileira.

2.5 AÇÕES E INSTRUMENTOS PARA ALCANÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR

De acordo com (CUNHA: LEMOS, 1997), o enfoque ampliado do conceito de Segurança Alimentar estabelecem diferentes campos e instrumentos de ação referentes à busca de padrões adequados de oferta e consumo alimentar.

As problematizações, os diagnósticos e as prioridades de cada situação específica encontrada sejam de âmbito local ou nacional, estabelecem diferentes hierarquias de problematizações da questão de Segurança Alimentar, e, por conseguinte estratégias diferenciadas. Essas estratégias não-excludentes, mas hierarquizadas conforme as condições, mas críticas, reconhecem a necessidade de articulação políticas para o alcance de estágios sucessivos de adequação à Segurança Alimentar. Esses estágios sucessivos podem ser interpretados como "valores" intrínsecos dos alimentos, como bem-salário, como base de saúde pública, como atendimento a necessidades individuais orgânicas, como adequação técnica e social das cadeias agroalimentares e como expressão da qualidade de vida urbana.

2.5.1 Alimento como bem –salário

A visão original de Segurança Alimentar, como abordado anteriormente, baseia-se na visão de produção e disponibilidade suficiente de bens alimentares dentro do conceito de "food security". A disponibilidade suficiente de alimentos é considerada um fator importante para garantir a reprodução da força de trabalho, através do aumento do salário real decorrente de diminuição dos custos de aquisição dos alimentos.

Diversos trabalhos têm enfatizado a necessidade de compreensão e mensuração dos níveis de "insegurança alimentar" a partir dos indicadores de acesso aos alimentos medido pela disponibilidade de renda e nível de pobreza, situado como condicionamentos da acessibilidade aos alimentos, a distribuição e o nível de renda (Silva, 1993; Hoffmann, 1995) ou na disponibilidade física de alimentos produzidos internamente (Melo, 1998; Alves; Contini, 1992; Carvalho Filho, 1995).

A redução dos dispêndios familiares com alimentação pode aumentar a disponibilidade no orçamento doméstico para os gastos essenciais, como saúde,

habitação, vestuário, etc. podem também favorecer mudanças qualitativas, em termos nutricionais e sanitários, na aquisição de alimentos para os membros das famílias que tem necessidades nutricionais como crianças. Nesse sentido o nível de "insegurança alimentar" poderia ser estimado a partir de investigações de grau de desnutrição medidas por avaliações antropométricas, como destaca Monteiro (1995).

Diversos exemplos de ações e políticas direcionadas em diversos níveis federativos de atuação que tem o objetivo de promover a disponibilidade alimentar envolvem ações de:

- a) Aumento de disponibilidade física da produção via aumento da produtividade da produção e da oferta agregada de alimentos;
- b) Diminuição dos custos de produção e de transação e otimização das relações comerciais, reduzindo o preço final de alimentos;
- c) Ações que buscam a equidade de acesso de alimentos através de fornecimento subsidiado total ou parcial.

2.5.2 Alimento como base de saúde pública

Na visão de (CUNHA; LEMOS, 1997), o termo de Segurança Alimentar no Brasil abarca duas noções distintas quando analisadas na origem do conceito em língua inglesa. A expressão *food security* expressa a preocupação com o acesso quantitativo, ao passo que a expressão *food safety* refere-se ao acesso aos alimentos com adequadas condições de qualidades sanitária e comercial.

Alguns especialistas têm proposto a utilização de neologismo *segurança alimentar* para distinguir a busca e necessidade de oferta de "valores qualitativos" associados aos alimentos. Esses são responsáveis pela oferta de alimentos produzidos e elaborados dentro de padrões sanitários adequados e comercializados dentro de condições que permitem um melhor aproveitamento de suas qualidades nutricionais e de rendimento no preparo.

Essa preocupação envolve, portanto, a transmissão de valores de qualidade sanitária que vão desde a utilização de insumos químicos, defensivos e medicamentos, a produção, transformação, conservação e comercialização de produtos alimentares.

Esta abordagem tem sido enfatizada por pesquisadores na área da saúde, e divulgada por organismos internacionais como a Organização Mundial de Saúde (OSM).

A busca de ações em prol da qualidade sanitária e comercial dos alimentos tem sido objeto crescente de preocupação de países que efetivamente já solucionaram a questão de *food security*, desde sua origem, um expressivo envolvimento de setores não governamentais, especialmente na ação coordenada de grupos de consumidores urbanos.

Outra importante fonte de pressão neste sentido parte de setores produtivos dos países centrais que estabelecem padrões sanitários para a importação de produtos alimentares, constituindo barreiras sanitárias que muitas vezes são mais eficientes do que barreiras comerciais e neste aspecto, menos sujeitas a questionamentos em fóruns de regulação do comércio internacional.

2.5.3 Alimento como atendimento às necessidades individuais orgânicas

Ainda para (CUNHA; LEMOS, 1997), em adição à questão sanitária, a preocupação com os valores nutricionais específicos dos alimentos tem sido objeto de diversas iniciativas associadas à disponibilidade de nutrientes essenciais, como vitaminas, proteínas, micronutrientes e fibras, ou a ausência de componentes nocivos à saúde como gorduras e açúcares. A valorização da abordagem de *"food healthy"* envolve três ênfases:

Uma ênfase coletiva, referente à acessibilidade aos nutrientes essenciais e que problematiza a questão da demanda "fome oculta", incidente em segmentos da população que, apesar de ter acesso a um número de calorias suficientes, apresenta déficit de nutrientes essenciais como proteínas, vitaminas ou micronutrientes. Alguns pesquisadores e especialistas do campo de nutrição têm se referido a essa questão como segurança nutricional. Nota-se que essa ênfase aproxima-se da questão de *"food security"*, na medida em que pressupõe a equidade de acesso aos nutrientes essenciais, de forma que as políticas e ações orientadas para atender essa questão se assemelham ou complementaram aquelas típicas de *"food security"*, dando maior

ênfase, no entanto, à disponibilidade e acessibilidade de proteínas de origem animal (carnes e leite) e vitaminas e outros nutrientes, como no caso de frutas e hortaliças.

Uma segunda ênfase na questão da alimentação saudável esta aos hábitos alimentares urbanos, com a preocupação de fornecimento de alimentos com qualidades nutricionais associados a hábitos saudáveis, como baixos teores de colesterol, gorduras e açúcares, de produtos com ausência de nutrientes potencialmente cancerígenos, alimentos ricos em fibras, etc. Esta preocupação, vinculada ao hábito alimentar urbano, geralmente associado aos níveis de renda mais elevados, é favorecida pela articulação de demandas de consumidores, pela difusão de práticas alimentares, como questão de saúde e de estratégias das empresas alimentares de diversificação e diferenciação de produtos.

A questão alimentar envolve condicionantes socioculturais que determinam muitas vezes uma fronteira de preocupações específicas que estão relacionadas à questão da alimentação segura ou saudável, em relação a diferentes hábitos alimentares regionais. Hábitos alimentares típicos podem favorecer dietas excessivamente ricas em nutrientes, como gordurosos e calóricos ou de carência de nutrientes essenciais, favorecendo a ocorrência de problemas sanitários como, vísceras, alimentos de baixa conservação, alimentos cruz, de origem vegetal e animal; e de alimentos preparados em condições de difícil controle sanitário, associados à produção artesanal.

Uma terceira ênfase refere-se à disponibilidade de alimentos para demandas nutricionais específicas dos indivíduos em situação de vulneráveis biológicas, como é o caso de nutrizes, gestantes e crianças; ou portadores de enfermidades específicas, como diabéticos, alérgicos a determinados nutrientes (como no caso da alergia a lactose), etc.

2.5.4 Alimento como adequação técnica e social das cadeias produtivas agroalimentares

De acordo com (CUNHA; LEMOS, 1997), o enfoque sistêmico que vem permeando as recentes formulações do conceito de Segurança Alimentar trás à luz um

conjunto de problematizações e iniciativas, associadas à eficiência técnica e social das cadeias agroalimentares.

Observa-se que em decorrência dos valores de busca de alimentos saudáveis e de padrões culturais específicos, vem crescendo a exigência de consumidores associados a um patamar de renda mais elevada por produtos elaborados sem a adição de elementos químicos. Essa exigência se refere tanto à etapa produtiva, com a não utilização de insumos modernos, como adubos químicos, agrotóxicos (e em alguns casos até na recusa de sementes melhoradas por processos de transformação, com a ausência de conservantes, corantes, estabilizantes e outros aditivos químicos).

A demanda por produtos naturais pode transcender à questão nutricional ao premiar ou aumentar a disposição de gasto para aqueles produtos obtidos com um menor atrito ambiental. Mesmo produtos "não-naturais" procuram embutir elementos de menor atrito ambiental ao utilizar embalagens recicláveis.

Essa demanda direcionada abre espaços para a criação de nichos comerciais que revalorizam formas tradicionais ou pré-industriais, de cultivo e exploração, embora sejam requeridos valores "pós-fordistas" de especialização como controle sanitário, ambiental e gerencial, além de atributos de informação sobre técnicas e origens. Essas condições criam a necessidade de mecanismo públicos ou privados associados à noção de selos ou certificados de qualidade e de origem.

Em adição aos valores ambientais, é crescente uma expansão desse conceito para uma "ecologia antrópica" em que a obtenção de produtos alimentares se dê a partir de práticas produtivas; que não utilizem trabalho servil ou escravo; trabalho infantil; e que priorizem produções comunitárias. Isso tem sido objeto de preocupação de entidades como Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão que procura estabelecer bases nacionais para regular relações trabalhistas; e recentemente a Organização Mundial do Comércio (OMC), que tem procurando incluir em suas deliberações a condenação ao trabalho escravo, embora tais argumentações no caso da OMC, venham sendo interpretadas como uma tentativa de imposição de barreiras comerciais principalmente aos países asiáticos.

Um último e importante aspecto refere-se à questão da eficiência produtiva. Duas visões sobre a produção de alimentos, a partir de parâmetros de eficiência como fator

de Segurança Alimentar tem-se destacado recentemente. A Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), tem enfatizado que o conceito de Segurança Alimentar expresse condições que propiciem uma melhor estruturação das cadeias produtivas e das relações de consumo. (ABAG, 1993). O conceito de Segurança Alimentar implicaria, portanto, a coordenação de políticas agrícolas e agroindustriais "*strictu sensu*", e políticas monetárias e cambiais, visando à eficiência das cadeias produtivas nacionais. Diversos trabalhos que adotam a metodologia de relações intersectoriais, para a avaliação da competitividade e organização das cadeias produtivas brasileiras, têm sido recentemente realizado, podendo-se destacar Lemos (1995), Cunhal (1996), Wilkinson (1995), Farias; Zylberstajn (1995).

Outra visão de Segurança Alimentar está presente nos setores que defendem o livre comércio de produtos agrícolas. Os recentes fóruns de comércio internacional, como a OMC têm propiciado a difusão de um novo conceito de Segurança Alimentar baseado na concepção de eficiência e vantagens comparativas na produção de alimentos. (Henz, 1995). A dimensão nacional como referencial de Segurança Alimentar é substituída pela noção de relações comerciais estáveis e seguras que permitiriam o provimento interno alimentar de todos os países que permitiriam o provimento interno alimentar de todos os países pelo esforço do comércio internacional.

2.5.5 Alimento como qualidade de vida urbana

Para Goodman; Redelift (1991), ao analisarmos a capacidade de intervenção urbana como estratégia para a consolidação de um padrão adequado de segurança alimentar, verificamos, a partir de diversos exemplos recentes, que intervenções urbanas na esfera do abastecimento alimentar podem promover efetivamente o aumento da qualidade de vida urbana, expressas na acessibilidade de informações de alimentos; na acessibilidade de informações sobre preços e valores sanitários e nutricionais, com os atuais padrões de urbanização.

Associando ao hábito de consumo urbano, observa-se uma crescente demanda por produtos que carreguem valores de praticidade e conveniência de preparo e consumo. Cresce a importância da oferta de alimentos com diferentes técnicas de

preparo e de conservação como produtos enlatados, refrigerados, "longa vida"; e de preparo doméstico com utilização crescente de eletrodoméstico, como freezers e fornos de microondas.

Uma interpretação da importância destes valores de praticidade alimentar, como fator de transformação do sistema agroalimentar, é dada por Goodman; Redelift (1991) que investigam as variações no consumo e as conseqüentes adaptações na cadeia alimentar, a partir das mudanças na força de trabalho com a crescente participação da mulher no trabalho fora do domicílio.

Essas tendências incluem a adição sucessiva de qualidades diferenciadas da matéria-prima agrícola pelas agroindústrias, que se expressam na busca de durabilidade, estabilidade, padronização, economia dos tempos, de trabalho doméstico, de acesso aos produtos, diferenciação e informação em adaptação as expectativas dos consumidores finais (FANFANI et al, 1990).

Neste caso, os interesses das indústrias de bens de consumo duráveis, industriais alimentares e dos consumidores, se dá de forma semelhante à demanda por produtos diferenciados de "baixos teores". Como decorrência desses hábitos de consumo, uma importante questão colocada refere-se às conseqüências sobre a organização dos equipamentos de abastecimento, como hiper e supermercados, lojas de conveniência, sacolões, açougues, padarias e outros, principalmente no que se refere aos setores modernizados, eliminando competidores e favorecendo a elevação de preços e a concentração de equipamentos referente à distribuição locacional infra-urbana. Além disso, é crescente a importância da alimentação fora da residência, que tem implicações específicas em termos de hábitos alimentares saudáveis.

Outro aspecto importante, como referencial de ações de qualidade de vida urbana, no tocante à alimentação e que está em questão envolve graus diferenciados de acessibilidade infra-urbana aos equipamentos de comercialização próximos aos locais de moradia ou trabalho da população; e a disponibilidade de acesso a equipamentos de comercialização eficientes. Da mesma forma torna-se importante o acesso às informações referentes aos preços, ou aos valores de sanidade e saúde contida nos alimentos.

2.5 AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico é genericamente concebido como um processo evolutivo das reações sociais de produção de distribuição de bens e serviços, e que revela uma situação de bem estar social e de qualidade de vida das pessoas.

Para a obtenção do desenvolvimento econômico são necessárias, segundo diversos autores (PINHO; VASCONCELOS, 1998, p. 545-550) algumas condições básicas e fundamentais, sem as quais o processo evolutivo da sociedade torna-se impraticável e de difícil realização. Dentre essas condições, destacam-se:

- a) O crescimento econômico, obtido mediante o aumento contínuo da produção, medido pelo PIB;
- b) O aumento da renda Nacional e da renda Per-capita;
- c) Educação básica e profissionalizante da população;
- d) Demanda agregada de bens e serviços.

A bibliografia especializada indica, ainda, os papéis que a agricultura exerce no processo do desenvolvimento econômico, principalmente nos primeiros estágios, em que é fundamental a produção da agricultura para atender às necessidades básicas da população e, principalmente, para garantir o equilíbrio da oferta alimentar. Afirmam os textos que se a oferta de alimentos não se expandir, em níveis compatíveis com o crescimento da demanda, ocorrerá o crescimento de preços dos alimentos, o aumento no custo de vida da população, principalmente da cesta básica de alimentos.

Esses fatos poderão pressionar o índice inflacionário, reduzir os salários reais e motivar um crescente descontentamento social, com sérias repercussões políticas e de instabilidade social. (PINHO; VASCONCELOS, 1998, p.546).

3 METODOLOGIA

3.1 PLANO OU DELINEAMENTO DA PESQUISA

O estudo foi desenvolvido mediante pesquisa descritiva sobre as características gerais e específicas da CEASA/RN, em comparação ao ano de 2003 com 2004. Trata-se de um estudo que visa identificar e analisar as variáveis mais expressivas de política de abastecimento da população do estado. Os demais aspectos pesquisados referem-se aos perfis de mercado, preço, origem dos produtos e a infra-estrutura institucional.

Tratando-se de pesquisa documental, houve a necessidade da utilização de metodologias dirigidas para a obtenção dos objetivos específicos. A pesquisa bibliográfica está apoiada em documentos e relatórios administrativos, gerenciais, operativos e comerciais; bem como em quadros demonstrativos e descritivos das atividades realizadas e dos produtos comercializados.

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA OU POPULAÇÃO-ALVO DO ESTUDO

Com base em Vergara (1998.p.43):

Universo é um conjunto de elementos (empresas, produtos, pessoas), que possuem as características que serão objeto de estudo, e amostra é uma parte do universo (população), escolhida segundo critério de representatividade.

Com base no que foi relatado, o universo de trabalho foi composto por pessoas que atuam na CEASA e dirigentes institucionais.

3.2.1 Variáveis e Indicadores

- a) Fluxo de Pessoas;
- b) Fluxo de Veículos;
- c) Informações Referentes à Infra Estrutura;
- d) Origens das Mercadorias;

- e) Preços;
- f) Receitas;
- g) Sazonalidades dos Produtos;
- h) Volume de Mercadorias Comercializadas.

3.3 PLANO DE AMOSTRAGEM

Segundo Marconi; Lakatos (1999, p.34), é nesta etapa da pesquisa que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas, a fim de se efetuar a coleta de dados previstos.

Quanto aos meios de investigação, o estudo constará de pesquisa de campo e documental, objetivando a coleta de informações estatísticas sobre a realidade sócio-econômica da instituição em estudo. Serão identificadas e analisadas as variáveis e respectivas informações referente ao fluxo de mercadorias comercializadas, com a descrição e mensuração das localidades de origens das referidas mercadorias.

A pesquisa bibliográfica esta apoiada em documentos e relatórios administrativos, gerenciais, operativos e comerciais, bem como em quadros demonstrativos e descritivos nas atividades realizadas e dos produtos comercializados.

3.4 PLANO DE COLETAS DE DADOS

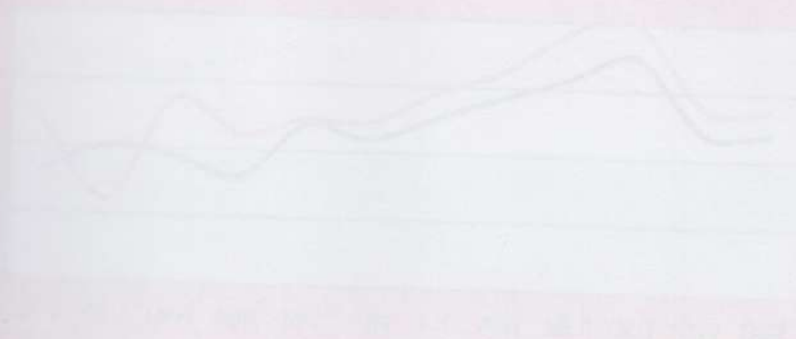
Com relação ao tratamento de dados, que segundo Vergara (1998, p. 56), refere-se àquela seção na qual mostra ao leitor como se pretende tratar os dados a coletar, justificando porque tal tratamento é adequado aos propósitos do projeto.

4 ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DA CEASA RN

É imprescindível avaliar a importância socioeconômica que a CEASA exerce na sociedade potiguar, considerando a sua função primordial de centralizar o processo de comercialização e distribuição de produtos hortifrutigranjeiros e outros gêneros alimentícios, para suprir a demanda e a segurança alimentar da população do estado.

Neste sentido, o conteúdo do presente estudo tem como objetivo analisar o fluxo de mercadorias comercializadas pela instituição, em termos do volume de produção e valores comercializados, com a identificação da origem dos principais produtos demandados e ali comercializados. Essas informações serão importantíssimas para a formulação de propostas de políticas econômicas agrícolas do estado, no sentido orientar o processo de produção com base nas demandas de mercado.

Com vistas ao estudo dos objetivos de análise socioeconômica da CEASA / RN, o presente capítulo será desenvolvido com os seguintes estudos: Fluxo de mercadorias comercializadas; origens dos produtos; comportamento de preços praticados pela entidade e aspectos estruturais.



Fonte: Fluxo de Mercadorias Comercializadas na CEASA / RN 2003 / 2004
Elaborado: Departamento Administrativo Operacional, Gerência Comercial, CEASA / RN, Dez. 2005.

4.1 FLUXO COMERCIAL DA CEASA / RN

As estatísticas gerenciais fornecidas pela CEASA, constantes de tabelas e gráficos de um a quatro, indicam que, com base nos dados de 2004, anualmente o fluxo comercial é em torno de 186.028 mil toneladas, com uma média mensal de 15.502 mil toneladas. É importante destacar que o volume de mercadorias comercializadas apresentou um crescimento anual de 4,94% entre os anos de 2003 / 2004.

TABELA 1 - Volume de Mercadorias Comercializadas na CEASA / RN - 2003 / 2004

MÊS	Volume Comercializado (ton)	
	2003	2004
JAN	13.275	14.742
FEV	14.071	12.435
MAR	13.802	15.482
ABR	13.243	14.468
MAY	14.791	14.927
JUN	14.374	14.900
JUL	15.116	15.825
AGO	15.724	16.515
SET	16.333	17.714
OUT	16.996	18.016
NOV**	14.773	15.502
DEZ**	14.773	15.502
TOTAL	177.271	186.028
MÉDIA ANUAL	14.773	15.502
% 2003		4,94%

Fonte: Departamento Administrativo Operacional; Gerência Comercial. CEASA / RN. Dez, 2005.

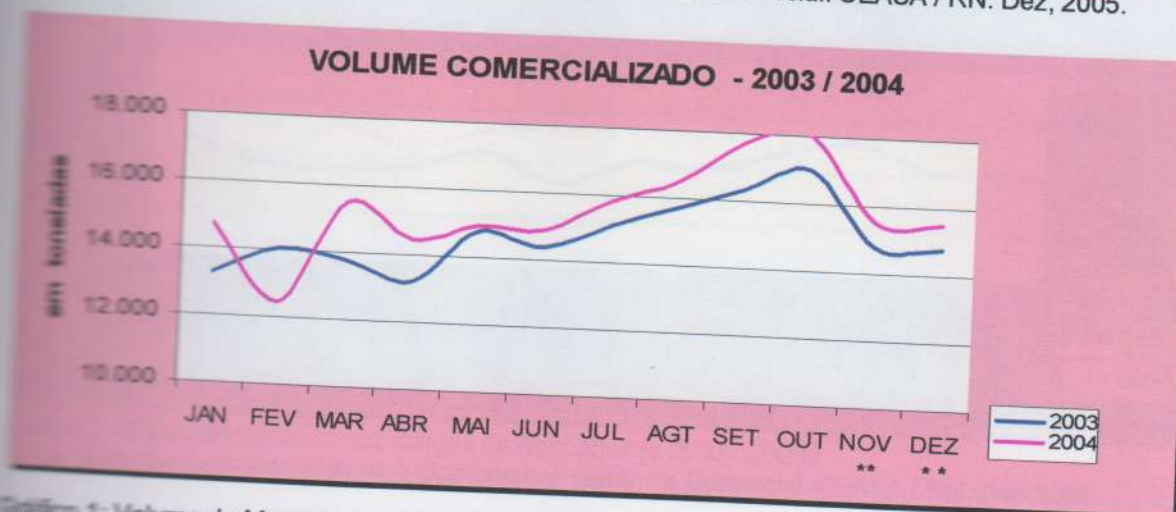


Gráfico 1: Volume de Mercadorias Comercializadas na CEASA / RN 2003 / 2004

Fonte: Departamento Administrativo Operacional; Gerência Comercial. CEASA / RN. Dez, 2005.

Esse fluxo de mercadorias foi transportado em cargas de 40.816 mil veículos, no ano de 2004, cujo crescimento, em relação ao ano anterior, foi de 12,21 % no número de veículos.

Tabela 2 - Fluxo de veículos com cargas de mercadorias 2003 / 2004

MÊ S	Fluxo de Veículos	
	2003	2004
JAN	3.138	3.387
FEB	2.930	2.974
MAR	2.896	3.299
ABR	2.926	3.108
MAY	3.087	3.298
JUN	2.824	3.312
JUL	3.051	3.483
AGO	3.004	3.558
SET	3.185	3.799
OUT	3.272	3.796
NOV	3.031	3.401
DEZ	3.031	3.401
TOTAL	36.375	40.816
MEDIA ANUAL	3.031	3.401
% 2004	12,21%	

Fonte: Departamento Administrativo Operacional; Gerência Comercial. CEASA / RN. Dez, 2005.

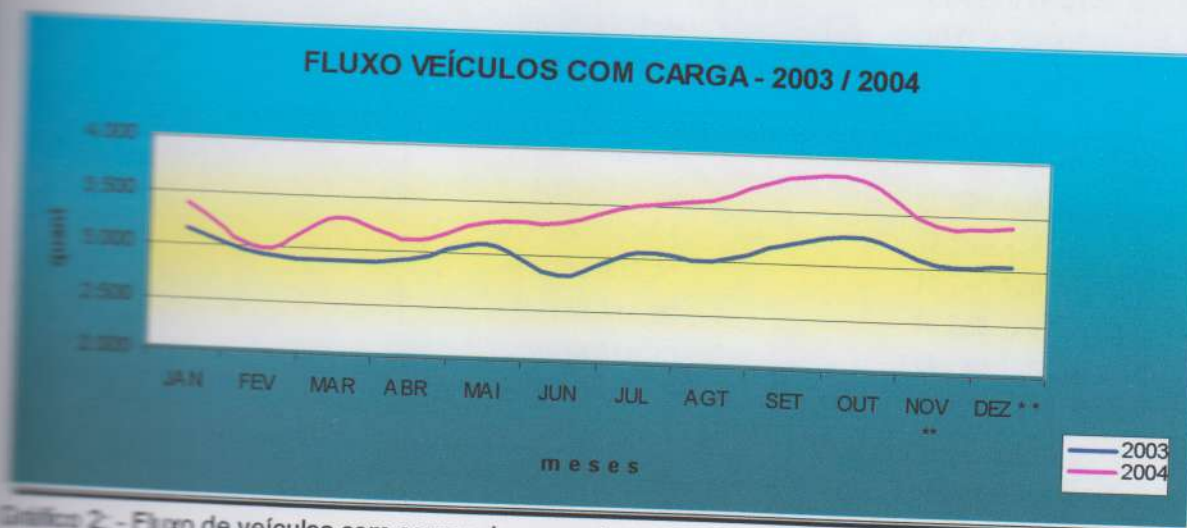


Gráfico 2 - Fluxo de veículos com cargas de mercadorias 2003 / 2004

Fonte: Departamento Administrativo Operacional; Gerência Comercial. CEASA / RN. Dez 2005.

O valor gerado na arrecadação dos produtos comercializados no ano de 2004 obteve um desempenho de 10,34% em relação ao ano anterior. A CEASA / RN vem obtendo resultados satisfatórios a cada ano, considerando o crescimento no volume de produtos comercializados bem como no fluxo financeiro da referida comercialização. Conforme descrevem os dados da tabela 3, o valor gerado na comercialização, no ano de 2003, foi de R\$ 182 milhões; passando para R\$ 200 milhões, no ano de 2004, com uma taxa média de crescimento anual de 10,34% , de 2003 para 2004.

Considerando que o crescimento no volume físico foi de 4,94% e o crescimento financeiro foi de 10,34%, este acréscimo foi decorrente da variação de preço dos principais produtos comercializados; e/ou mudanças nos tipos de produtos comercializados, com a agregação de vendas de produtos mais valorizados no mercado.

Tabela 3 – Valor gerado na comercialização 2003 / 2004

M Ê S	Valor Gerado R\$	
	2003	2004
JAN	15.150.928,28	14.613.653,44
FEV	17.642.898,55	12.986.147,70
MAR	17.248.637,25	16.426.617,81
ABR	15.159.234,94	16.024.254,08
MAI	16.593.194,88	17.261.953,60
JUN	14.313.105,61	17.006.610,22
JUL	13.833.675,24	18.197.961,64
AGO	14.139.235,59	20.328.604,50
SET	14.444.795,94	17.869.334,56
OUT	13.237.435,70	16.746.126,39
NOV **	15.176.314,20	16.746.126,39
DEZ**	15.176.314,20	16.746.126,39
TOTAL	182.115.770	200.953.517
MÉDIA ANUAL	15.176.314	16.746.126
% 04/03	10,34%	

Fonte: Departamento Administrativo Operacional; Gerência Comercial. CEASA / RN. Dez, 2005.

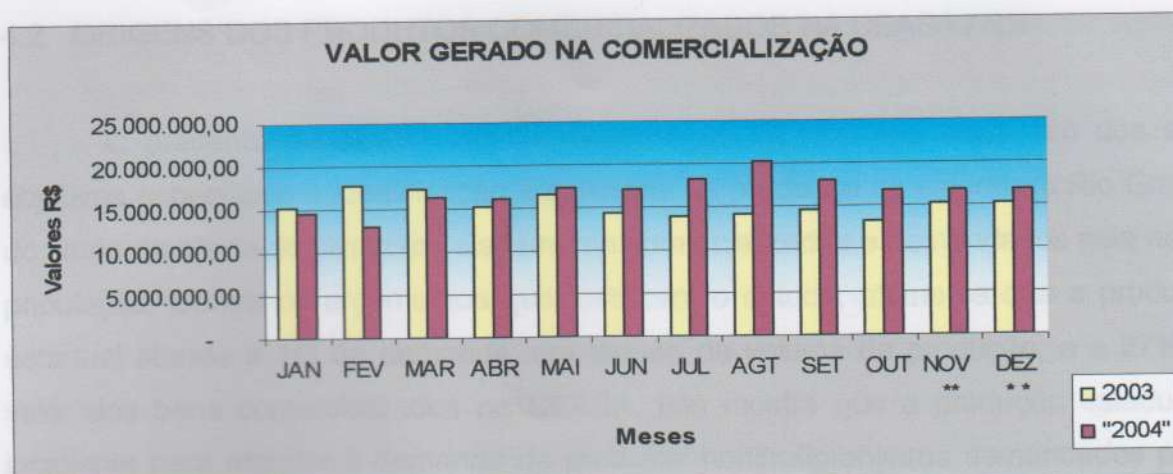


Gráfico 3 – Valor gerado na comercialização 2003 / 2004

Fonte: Departamento Administrativo Operacional; Gerência Comercial. CEASA / RN. Dez, 2005.

O elevado volume de produtos que são diariamente comercializados na entidade decorre das vendas de alguns itens que se destacam em termos de valores físicos e monetários, cujos produtos são classificados por ordem de grandeza, conforme constam os dados da tabela 4:

Tabela 4 – Produtos de destaque na comercialização

Produtos	Produtos de destaque na comercialização	
	% Vendas	
Laranja	40%	10,86%
Banana	40%	10,75%
Batatinha	43%	7,61%
Tomate	42%	7,00%
Cebola	42%	6,06%
Batata Doce	41%	5,86%
Cenoura	41%	5,77%
Melancia	40%	5,70%
Abacaxi	41%	5,33%
Mamão Havaí	41%	3,79%
Demais Produtos	41%	31,27%
TOTAL		100%

Fonte: Departamento Administrativo Operacional; Gerência Comercial. CEASA / RN. Dez, 2005.

4.2 ORIGENS DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS NA CEASA / RN

O presente diagnóstico socioeconômico da CEASA tem como um dos seus objetivos específicos a identificação e a análise da produção do estado do Rio Grande do Norte na oferta de alimentos diariamente comercializados e demandados pela nossa população. Dentre os argumentos que justificam o estudo, afirma-se que a produção estadual atende a 1/3 da demanda, em termos de volume de produção; e a 27% no valor dos bens comercializados na CEASA. Isto mostra que a produção estadual é incipiente para atender à demanda de produtos hortifrutigranjeiros demandados pelos potiguares.

Os dados da tabela 6 mostram que a participação do Rio Grande do Norte no fluxo comercial da CEASA é, em média de 42,5% do volume físico comercializado mensalmente, os quais representam 34,5% do valor monetário das referidas vendas comercializadas a cada mês. Estes índices referem-se aos dados coletados dos relatórios mensais publicados pela gerência comercial da instituição, no ano de 2003.

(www.ceasa.rn.gov.br).

Tabela 5 – Participação da produção do Rio Grande do Norte na oferta total 2003

M Ê S	Valores %	
	Valor Físico	Valor Monetário
JAN	48%	42%
FEV	43%	39%
MAR	43%	37%
ABR	42%	34%
MAI	42%	33%
JUN	41%	35%
JUL	41%	32%
AGO	40%	29%
SET	41%	31%
OUT	43%	34%
NOV	43%	35%
DEZ	43%	33%
Média Anual	42,5%	34,5%

Fonte: Departamento Administrativo Operacional; Gerência Comercial. CEASA / RN. Dez, 2005.

De acordo com a análise da tabela 5, podemos identificar que a participação do Rio Grande do Norte ainda é pequena em relação à quantidade demandada diariamente pela referida central. Conforme os dados, o estado depende muito de outros estados para suprir a necessidade de hortifrutigranjeiros e outros gêneros alimentícios para abastecer a nossa população. As tabelas seguintes mostram a participação do Rio Grande do Norte na produção e oferta de bens demandados pela CEASA. Inicialmente, são apresentadas as estatísticas de oferta, de acordo com o estado supridor (Tabela 6); em seguida, os dados estão apresentados por grupos de produtos e respectivos estados supridores (Tabelas 6 a 10).

Tabela 6 – Classificação dos principais estados supridores da CEASA

Ordem	Principais estados supridores		
	Estado	Quant.(kg)	%
1	RN	6386	42,50%
2	PE	2245	14,94%
3	BA	2023	13,46%
4	SE	1265	8,42%
5	PB	831	5,53%
6	SP	422	2,81%
7	MG	410	2,73%
8	ES	248	1,65%
9	SC	229	1,52%
10	CE	147	0,98%
11	GO	136	0,91%
12	RJ	116	0,77%
13	RS	47	0,31%
14	MS	31	0,21%
15	DF	30	0,20%
16	PR	13	0,09%
17	PA	12	0,08%
18	OUTROS	435	2,89%
Total		15026	100%

Fonte: Departamento Administrativo Operacional; Gerência Comercial. CEASA / RN. Dez, 2005.

Diante da representação da tabela 9, podemos destacar a participação do RN na produção de hortaliças que é de 34,10% do total dos estados supridores.

Tabela 9 – Principais estados supridores de hortaliças

Ordem	Hortaliças		
	Estado	Quant.(kg)	%
1	RN	2241	34,12%
2	PE	1436	21,86%
3	BA	1505	22,91%
4	MG	311	4,74%
5	SP	270	4,11%
6	PB	221	3,36%
7	ES	122	1,86%
8	RJ	116	1,77%
9	SC	75	1,14%
10	GO	55	0,84%
11	OUTROS	216	3,29%
Total		6568	100%

Fonte: Departamento Administrativo Operacional; Gerência Comercial. CEASA / RN. Dez 2005.

Diante das tabelas analisadas podemos identificar que a produção do Rio Grande do Norte deixa muito a desejar em relação à demanda que diariamente ocorre na CEASA, isto mostra que o estado é carente de incentivos rurais que facilitem a produção local para aumentar a sua produção. A tabela 10 mostra a representação do RN na distribuição de aves e ovos, onde o estado tem participação de 14,70%.

Tabela 10 – Principais estados supridores de aves e ovos

Ordem	Aves e Ovos		
	Estado	Quant.(kg)	%
1	GO	61	17,58%
2	SP	56	16,14%
3	RN	51	14,70%
4	PE	34	9,80%
5	MS	31	8,93%
6	DF	30	8,65%
7	BA	21	6,05%
8	MG	17	4,90%
9	PR	13	3,75%
10	PA	12	3,46%
11	OUTROS	21	6,04%
Total		347	100%

Fonte: Departamento Administrativo Operacional; Gerência Comercial. CEASA / RN. Dez, 2005.

4.3 COMPORTAMENTO DE PREÇOS PRATICADOS PELA CEASA

Todo e qualquer mercado tem a sua demanda e consumo dependendo dos preços de mercado dos produtos. Isto implica que o aumento de preços reduz a capacidade de compra e o nível de consumo do produto. Portanto, o preço exerce uma função inversa no consumo da mercadoria.

Os produtos agrícolas são, por suas características próprias, dependentes do nível de preço, em termos de demanda e consumo. De acordo com o fluxo de produtos comercializados pela entidade, foi constatado que, em determinados períodos do ano, ocorre uma variação entre os preços dos produtos demandados. O quadro 2 mostra que à medida que os produtos estão sendo ofertados em grande quantidade, os preços tendem a diminuir, propiciando que os consumidores possam suprir suas necessidades naquele período. Este fato é resultante da lei da oferta e da procura, delineados pelo mercado: o aumento da oferta gera excesso de oferta, provoca concorrência de oferta e conduz à redução de preços.

Em outros momentos os produtos se tornam estáveis, considerando o equilíbrio de mercado, em termos de oferta e demanda, onde existem produtos em uma quantidade satisfatória para atender à referida demanda.

Em outras ocasiões em que ocorrem elevações de preços, quando o mercado funciona com excesso de demanda: os produtos estão sendo oferecidos em pequenas quantidades e existe um grande fluxo de compradores; com isto o preço dos produtos tendem a elevar-se, resultante da concorrência entre os consumidores.

Para que os compradores acompanhem o índice de preço e suas respectivas variações, a CEASA criou o calendário agrícola, onde mostra a melhor época para se realizar as compras, representado pelo quadro 2, este calendário está disponível na gerência comercial e na ouvidoria, para melhor atender os seus serviços.

4.4 ESTRUTURA OPERACIONAL E DE FUNCIONAMENTO DA CEASA

CALENDÁRIO DE PREÇOS MÉDIOS NA CEASA/RN POR PRODUTO E POR MÊS														(R\$)
Produtos	Meses													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA	
HORTALIÇAS														
Abóbora Caboclo	1,08	1,15	1,20	1,21	1,02	1,00	0,95	1,00	1,00	0,99	0,86	0,87	1,03	
Abóbora de Leite	0,40	0,57	0,96	0,87	0,71	0,51	0,55	0,64	0,63	0,62	0,70	0,77	0,66	
Alface	1,71	3,03	2,47	1,99	2,05	1,80	2,20	2,31	1,08	1,07	1,25	1,43	1,87	
Batata Inglesa	0,77	0,71	0,73	0,97	1,02	1,00	1,14	1,36	1,07	0,99	0,96	0,95	0,97	
Batata doce	0,38	0,37	0,41	0,52	0,39	0,38	0,41	0,37	0,34	0,35	0,32	0,30	0,38	
Cebola Péra	0,69	0,79	0,94	0,93	1,31	1,43	1,46	1,92	1,16	0,74	0,54	0,56	1,04	
Cebola Roxa	0,70	0,82	1,04	1,27	1,84	1,99	1,51	1,59	1,17	0,73	0,55	0,52	1,14	
Cebolinha	1,87	3,56	2,78	2,03	2,48	2,23	2,50	1,91	1,50	1,50	1,50	1,75	2,13	
Cenoura	0,57	0,67	0,66	0,97	1,13	1,24	1,08	0,70	0,57	0,44	0,58	0,75	0,78	
Chuchu	0,77	1,05	0,70	0,79	0,51	0,41	0,70	0,77	0,65	0,63	0,60	0,64	0,69	
Coentro	1,87	3,94	2,78	2,03	2,48	2,23	2,50	1,89	1,50	1,50	1,50	1,75	2,16	
Feijão Verde	0,81	1,40	0,59	0,47	0,48	0,56	1,02	0,89	0,76	0,67	0,64	0,75	0,75	
Inhame	1,46	1,50	1,58	1,38	1,55	1,68	1,31	0,99	1,13	1,08	1,03	1,32	1,33	
Macaxeira	0,43	0,43	0,39	0,40	0,38	0,39	0,40	0,38	0,33	0,30	0,30	0,32	0,37	
Pepino	0,60	0,69	1,03	0,81	0,70	0,70	0,86	1,23	0,76	0,80	0,80	0,80	0,82	
Pimentão	1,14	1,79	2,27	2,17	1,00	0,74	1,50	1,78	1,28	1,16	0,86	0,80	1,37	
Repolho Branco	0,95	1,00	0,94	0,91	0,78	0,87	0,82	1,09	0,84	0,64	0,67	0,69	0,85	
Tomate	1,31	1,40	1,32	1,19	1,16	1,29	1,68	2,05	1,30	0,83	0,45	1,17	1,26	
Média Mensal	1,07	1,61	1,39	1,23	1,31	1,27	1,33	1,25	0,97	0,89	0,89	1,00	1,18	
FRUTAS														
Abacate	0,88	0,63	0,70	0,82	0,80	0,80	0,80	0,81	0,80	0,80	0,89	0,93	0,81	
Abacaxi	0,61	0,69	0,65	0,67	0,57	0,54	0,56	0,53	0,46	0,43	0,43	0,44	0,55	
Acerola	1,80	1,50	1,50	1,50	1,69	1,50	1,50	1,50	1,69	2,00	2,00	2,00	1,68	
Banana Pacova	0,70	0,68	0,71	0,75	0,75	0,75	0,75	0,75	0,75	0,75	0,79	0,80	0,74	
Goiaba	0,64	0,84	0,75	0,70	0,75	0,76	0,78	1,03	0,74	0,74	0,75	0,75	0,77	
Graviola	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,57	1,80	1,50	1,50	1,53	
Laranja Péra	0,31	0,56	0,53	0,54	0,53	0,53	0,49	0,47	0,47	0,47	0,52	0,65	0,51	
Limão Siciliano	0,65	0,65	0,65	0,65	0,65	0,65	0,65	0,78	1,23	1,30	1,30	1,29	0,87	
Limão Tahiti	0,50	0,51	0,56	0,63	0,50	0,52	0,82	1,58	2,37	2,68	2,23	1,43	1,24	
Mamão Formosa	0,36	0,28	0,40	0,50	0,49	0,48	0,40	0,40	0,42	0,49	0,44	0,43	0,42	
Mamão Hawai	0,65	0,61	0,62	0,79	0,82	0,70	0,67	0,80	0,84	0,82	0,79	0,80	0,74	
Maracujá	1,16	1,41	1,20	1,17	1,47	1,25	1,18	1,64	1,90	1,47	1,01	1,24	1,34	
Melancia	0,31	0,43	0,66	0,52	0,54	0,42	0,34	0,38	0,36	0,35	0,32	0,41	0,42	
Melão Espanhol	0,79	0,90	1,32	1,62	1,49	0,69	1,11	1,69	0,81	0,66	0,70	0,74	1,04	
Melão Japonês	0,65	0,69	1,15	1,60	1,25	0,56	0,86	1,00	0,78	0,61	0,62	0,65	0,87	
Média Mensal	0,96	0,90	0,89	0,91	0,92	0,89	0,93	1,10	1,27	1,40	1,31	1,22	1,06	
Média Geral	1,02	1,34	1,20	1,11	1,16	1,13	1,18	1,19	1,08	1,08	1,05	1,09	1,01	

Legenda:

	Favorável
	Estável
	Desfavorável

Quadro 2 – Calendário de preços médios por produto / mês

Fonte: Departamento Administrativo Operacional; Gerência Comercial. CEASA / RN. Dez, 2005.

4.4 ESTRUTURA OPERACIONAL E DE FUNCIONAMENTO DA CEASA

As dependências e instalações da CEASA – RN destinam-se a possibilitar a seus usuários a comercialização de produtos de sua propriedade ou de terceiros, por comissão ou consignação, de forma tecnicamente racional e obter outros benefícios de ordem econômica -social. Conforme constam nos quadros de 3 a 7 podemos analisar de como é formada a estrutura física e a funcionalidade da entidade.

Discriminação	Unidade	Quantidade
Área Total da CEASA	m ²	76.783,82
Área Construída	m ²	23.257,46
Área de Comercialização	m ²	23.619,88
Quantidade de Módulos nos MLP	und	655
Quantidade de Boxes nos MP	und	116
Quantidade de Lanchonetes / Restaurante	und	26
Área de Estacionamento (Incluída Área Administrativa)	m ²	1.909,12

Quadro 3 - Demonstrativo da Infra Estrutura da CEASA/ RN

Fonte: Departamento de Recursos Humanos – CEASA / RN. Abr, 2005

O desempenho comercial da CEASA / RN vem obtendo resultados satisfatórios a cada ano e com isto se faz necessária uma série de fatores para que possa aumentar o volume de vendas e atingir recordes de seus valores. Desta forma a entidade possui um grupo de funcionários que administram e controlam todos os processos que derivam da comercialização dos produtos comercializados; bem como devem proceder os usuários e permissionários na referida entidade. A tabela seguinte é representada pelos números de funcionários e suas denominações organizacionais.

Funcionários	Quantidade
Funcionário Concursados	56
Estagiários	14
Funcionários com cargos comissionados	26
Funcionários de órgãos públicos a disposição	04
Prestadores de serviços	10
TOTAL	110

Quadro 4 – Estrutura Organizacional

Fonte: Departamento de Recursos Humanos – CEASA/ RN. Abr, 2005

A área de comercialização é classificada com a distribuição dos mercados, sendo divididas por três áreas: mercados livres, mercados livres dos produtores e mercados permanente. As tabelas abaixo mostram a quantidade de mercados, o número de comerciantes e a área construída para cada mercado.

Para o quadro 5 representado pelo demonstrativo dos mercados livres, destinados à comercialização de abacaxi, batata-doce, melão, melancia, tomate e uma pequena feira livre neste mesmo mercado, chamada de brejo. Esta área é classificada com uma área livre, destinada para pequenos comerciantes, que utilizam um espaço para a comercialização destes produtos.

MERCADOS LIVRES - MP	COMERCIANTES			ÁREA M²
	Usuários	Permissionários	Total	
Brejo	10	25	35	3.774,56
Melancia / Melão	0	13	13	994,36
Abacaxi	12	8	20	1.031,80
Batata Doce	2	11	13	208
Tomate	8	12	20	213,9
Total	32	69	101	6.222,62

Quadro 5 - Demonstrativo dos Mercados Livre – ML – Áreas Livres

Fonte: Departamento de Recursos Humanos – CEASA/ RN. Abr, 2005

Conforme consta na tabela seguinte, a comercialização destes mercados é de diversos gêneros alimentícios comercializados pela entidade. Estes mercados são denominados de áreas moduladas, onde os comerciantes, pessoas físicas ou jurídicas

utilizam os módulos visando à comercialização de produtos tanto em atacado como em varejo.

MERCADOS	MERCADOS LIVRES DOS PRODUTORES - MLP			PERMISSIONÁRIOS	ÁREA M ²
	Normais	Especiais	Total		
Mercado I	138	68	206	43	1.116,00
Mercado II	75	29	104	11	676,39
Mercado III	136	32	168	27	1.336,60
Mercado IV	144	0	144	45	1654,87
Total	493	129	622	126	4.783,86

Quadro 6 - Demonstrativo dos Mercados Livres dos Produtores – MLP – Área Modulada.

Fonte: Departamento de Recursos Humanos – CEASA/ RN. Abri, 2005

Os comerciantes instalados nos mercados permanentes são destinados apenas para pessoas jurídicas, devidamente cadastradas junto à gerência de mercado, que comercializem hortifrutigranjeiros; e ainda preencham os requisitos estabelecidos no regimento de mercado.

MERCADOS PERMANENTES - MP	Nº DE BOXES	Nº PERMISSIONARIOS	ÁREA (M ²)
MERCADO I	15	12	1.357,20
MERCADO II	12	12	1.004,40
MERCADO III	16	14	2.022,02
MERCADO IV	8	8	1.083,94
MERCADO V	6	6	424,8
MERCADO VI	15	13	2.788,21
MERCADO VII	11	11	957,6
MERCADO VIII	6	6	649,79
MERCADO IX	27	27	2.352,44
Total	116	109	12.640,40

Quadro 7 - Demonstrativo dos Mercados Permanente – MP – Boxes Fixos

Fonte: Departamento de Recursos Humanos – CEASA / RN. Abr, 2005

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O estudo descreve que a Segurança Alimentar é uma ação de primordial importância para a população, e que consiste em garantir o acesso de alimentos básicos, de qualidade e em quantidades suficientes para suprir um direito humano básico, contribuindo, assim para uma existência digna e necessária a pessoa humana.

Diante destes fatos e do grande crescimento populacional em que encontra-se o estado do Rio Grande do Norte, constata-se que a CEASA é de suma importância para o suprimento da distribuição alimentar no estado, visando os benefícios que a entidade vem desenvolvendo através da distribuição e comercialização de hortifrutigranjeiros e outros gêneros alimentícios, tendo como principais características a oferta de produtos de qualidade e com preços abaixo de mercado.

É imprescindível avaliar a importância socioeconômica que a CEASA exerce na sociedade potiguar, considerando o desempenho comercial que a entidade vem obtendo, com resultados satisfatórios a cada ano; registra-se o crescimento no volume de produtos comercializados, bem como no fluxo financeiro da referida comercialização. Conforme descrevem os dados, o valor gerado na comercialização, do ano de 2003, foi de 182 milhões, passando para 200 milhões, no ano de 2004, com uma taxa média de crescimento anual de 10,34 %.

Considerando que o crescimento no volume físico foi de 4,94% e o crescimento financeiro foi de 10,34%, este acréscimo foi decorrente da variação de preço dos principais produtos comercializados; e/ou mudanças nos tipos de produtos comercializados, com a agregação de vendas de produtos mais valorizados no mercado, cujos produtos são aqui classificados por ordem de grandeza como laranja, banana, batatinha, tomate, cebola, batata-doce, cenoura, melancia, abacaxi, mamão Havaí.

Cada produto tem seu percentual de participação na produção do Rio Grande do Norte. O estudo constata que a produção do estado ainda é pequena e que, de acordo com dados estatísticos a produção estadual só atende a 1/3 da demanda. A produção do estado representa uma média de 42,5% do volume físico demandado; e 34,5% no valor monetário das referidas vendas comercializadas a cada mês pela

referida entidade. Portanto, é importante ressaltar a necessidade de fortalecimento de uma política agrícola destinada à produção dos produtos que são diariamente demandados pela CEASA e que são atualmente importados de outros estados. Isto porque, existe o mercado que viabiliza a produção de mercadorias, nos diversos municípios do estado, gerando empregos, produção e renda em todos os municípios do estado.

Torna-se necessária à implantação de linhas financiamentos e crédito aos produtores, com programas de qualificação e orientação profissional; bem como ações de marketing agrícola que oriente o mercado, estimule a produção e fortaleça a economia do estado, e que resultará no crescimento econômico do Rio Grande do Norte. Outra recomendação é decorrente da necessidade de cooperativas, onde os produtores possam se unir e formular estratégias para melhorar a qualidade de seus produtos oferecidos, através do marketing do cooperativismo que visa identificar o seu público-alvo, ampliando oportunidades e corrigindo ameaças, para melhorar o desempenho da cooperativa e seus associados.

Fica constatando que a CEASA é uma entidade que só tende a crescer no Rio Grande do Norte e que muito contribui para o crescimento do estado. A produção do estado tende a evoluir, com isto, haverá a geração de renda para o estado, vai agregar valores e benefícios para a população, pois a entidade, além de distribuir e comercializar seus produtos, está preocupada em oferecer bem estar para as famílias carentes do nosso estado, executando projetos sociais que visam beneficiar parte da população carente do estado. A CEASA tem compromisso com a sociedade e faz tudo para agregar valores aos serviços que são prestados.

REFERÊNCIAS

- _____, Antonio César Amaru. **Introdução a Administração: Motivação e Desempenho**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para concursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 4.ed. São Paulo: Marko Books, 1996.
- CUNHA, Altivo R.A de Almeida; LEMOS, Mauro Borges. **Segurança alimentar e políticas de abastecimento**. V.28. Especial. Fortaleza: BNB, 1997.
- FRAZI, Daniela Sanches; GALEAZZI, Maria Antonia M. Políticas públicas de alimentação no Brasil: uma revisão fundamentada nos conceitos de bem-estar social e de segurança alimentar e nutricional. Disponível em: <www.unicamp.br/nepa2004/art3.pdf> Acesso em 17 jun 2005.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Tipos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria Geral da Administração: Teoria das Necessidades: da escola científica à competitividade na escola globalizada**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- PINHO, Diva Benevides; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval. **Manual de Economia da USP**. 3.ed. São Paulo: Saraiva.
- PISANDELLI, Glória Maria Veríssimo. **A teoria de Maslow e sua relação com a educação de adultos**. Disponível em: <www.sociologia.org.br/tex/pscl45bes.htm> Acesso em 02 jun 2005.
- VERGARA, Silva Constante. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE-CEASA/RN. **Regulamento de mercado**. Disponível em <www.ceasa.rn.gov.br> Acesso em 20 abr 2005.
- TROSTER, Roberto Luis; MOCHON, Francisco. **Introdução à economia**. ed. Limitada. São Paulo: Makron books, 1999.